

Gestão 2016-2018

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Aroldo José de Lima
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcc@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 128/2018-PGJ, DE 15.1.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Convocar os Promotores de Justiça que atuam nas Promotorias de Justiça de Habitação e Urbanismo, e autorizar os demais membros, para participarem do evento “Regularização Fundiária Urbana – Implementação da Lei nº 13.465/2017”, realizado em conjunto pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e a Frente Parlamentar de Regularização Fundiária da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, no dia 2.3.2018, no Plenário da Assembleia Legislativa, na cidade de Campo Grande/MS.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 129/2018-PGJ, DE 15.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar o Promotor de Justiça Luciano Furtado Loubet, na qualidade de titular, a Promotora de Justiça Luz Marina Borges Maciel Pinheiro, na qualidade de 1ª suplente, e a Promotora de Justiça Andréia Cristina Peres da Silva, na qualidade de 2ª suplente, para, sem prejuízo de suas funções, representarem o Ministério Público Estadual no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, no triênio 2018/2020; e revogar a Portaria nº 635/2016-PGJ, de 3.3.2016.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 130/2018-PGJ, DE 15.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4326/2017-PGJ, de 14.12.2017, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Campo Grande, referente ao primeiro semestre de 2018, de forma que:

onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PLANTÃO CÍVEL (TELEFONE: 98478-2431)
5 (18h01min) a 12.2.2018 (18h)	Rogério Augusto Calabria de Araujo
28.5 (18h01min) a 4.6.2018 (7h59min)	Luciana do Amaral Rabelo
11 (18h01min) a 18.6.2018 (7h59min)	André Antônio Camargo Lorenzoni

passa a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PLANTÃO CÍVEL (TELEFONE: 98478-2431)
5 (18h01min) a 12.2.2018 (18h)	André Antônio Camargo Lorenzoni
28.5 (18h01min) a 4.6.2018 (7h59min)	Marcos Alex Vera de Oliveira
11 (18h01min) a 18.6.2018 (7h59min)	Rogério Augusto Calabria de Araujo

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 131/2018-PGJ, DE 15.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 32ª Promotora de Justiça da comarca de Campo Grande, Filomena Aparecida Depolito Fluminhan, para, sem prejuízo de suas funções, officiar nos autos da Notícia de Fato nº 01.2017.00009256-8, em trâmite na 44ª Promotoria de Justiça da referida Comarca.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 132/2018-PGJ, DE 15.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4306/2017-PGJ, de 13.12.2017, na parte que estabeleceu a escala de férias individuais da Promotora de Justiça abaixo relacionada, de forma que, onde consta:

PROMOTORA DE JUSTIÇA	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
	1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Tathiana Correa Pereira da Silva Façanha	29.1 a 7.2.2018	4 a 13.6.2018		15 a 24.1.2018

Passe a constar:

PROMOTORA DE JUSTIÇA	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
	1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Tathiana Correa Pereira da Silva Façanha	8 a 17.1.2018	4 a 13.6.2018		18 a 27.1.2018

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 133/2018-PGJ, DE 15.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, no dia 17.1.2018, as férias do Promotor de Justiça Silvio Amaral Nogueira de Lima, concedidas por meio da Portaria nº 4306/2017-PGJ, de 13.12.2017.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 134/2018-PGJ, DE 15.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Substituto Fabio Adalberto Cardoso de Moraes para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo, a partir de 8.1.2018; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 2983/2017-PGJ, de 6.9.2017, na parte que designou o referido Promotor de Justiça Substituto para atuar perante a 2ª Promotoria de Justiça da referida comarca.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 135/2018-PGJ, DE 15.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 8.1.2018, a Portaria nº 3120/2017-PGJ, de 18.9.2017, que designou o Promotor de Justiça de Iguatemi, Thiago Barbosa da Silva, para atuar perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 136/2018-PGJ, DE 15.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Substituto Fabio Adalberto Cardoso de Moraes para, sem prejuízo de suas funções, atuar na sessão do Tribunal do Júri na comarca de Dourados, no julgamento do Processo nº 0002854-97.2013.8.12.0002, no dia 26.1.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 137/2018-PGJ, DE 15.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Substituta Mariana Sleiman Gomes para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 72ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos dias 18 e 19.1.2018, em razão de licença para acompanhar pessoa da família da titular, Promotora de Justiça Luciana do Amaral Rabelo.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 138/2018-PGJ, DE 15.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 16º Promotor de Justiça de Dourados, Ricardo Rotunno, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos feitos e audiências das cartas precatórias afetas à Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, da mencionada Comarca, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 27.1.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 139/2018-PGJ, DE 15.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 13º Promotor de Justiça de Dourados, Izonildo Gonçalves de Assunção Junior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 1ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da referida Comarca, a partir de 1º.2.2018, pelo período de 1 (um) ano.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 146/2018-PGJ, DE 15.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4306/2017-PGJ, de 13.12.2017, na parte que estabeleceu o 2º período de férias da Promotora de Justiça Claudia Loureiro Ocariz Almirão, de forma que, onde consta: 19 a 28.2.2018; passe a constar: 1º a 10.2.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 117/2018-PGJ, DE 12.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4341/2017-PGJ, de 14.12.2017, na parte que indeferiu as férias do Promotor de Justiça Luciano Bordignon Conte, de forma que, onde consta: PERÍODO INDEFERIDO – 22 a 27.12.2017; passe a constar: PERÍODO INDEFERIDO – 22 a 28.12.2017.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 123/2018-PGJ, DE 12.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4324/2017-PGJ, de 14.12.2017, na parte que indeferiu as férias do Promotor de Justiça Henrique Franco Cândia, de forma que, onde consta: PERÍODO INDEFERIDO – 19.2 a 18.3.2018; passe a constar: PERÍODO INDEFERIDO – 19.2 a 20.3.2018

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 127/2018-PGJ, DE 15.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, a partir de 15.1.2018, do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a servidora Mayara Deronzi Rodrigues dos Santos de Oliveira, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 115/2018-PGJ, DE 11.1.2018**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Patricia Marim, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 44ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 33ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 8 a 17.1.2018, em razão de férias da servidora *Jaqueline Obregão da Rosa Ramos*.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 120/2018-PGJ, DE 12.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Cristiane Aparecida Cazeiro, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 15.12.2017 a 13.1.2018, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 121/2018-PGJ, DE 12.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Tayse Bielecki Yamanaka, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul, no período de 11.1 a 10.2.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 122/2018-PGJ, DE 12.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Epsom Xavier Pereira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designado para prestar serviços na 4ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na Supervisão das Promotorias de Justiça Cíveis e Especializadas da referida Comarca, a partir de 8.1.2018, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 1476/2017-PGJ, de 5.5.2017, que designou a servidora *Keila Fabrícia Gongora Rodrigues*.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

ESCOLA SUPERIOR**AVISO Nº 044/2018**

O Presidente da Comissão do XX Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso Nº 001/CEAF-2017, de 03 de agosto de 2017, publicado no DOMP nº 1.560, de 4 de agosto de 2017, DIVULGA, conforme Anexo I do presente Aviso, os locais disponíveis para a escolha de vagas a fim de exercer o estágio, e ainda, CONVOCA os candidatos aprovados Bacharéis em Direito Nível Pós-Graduação nomeados e que apresentaram documentação no prazo estabelecido no aviso n. 041/2017, para AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ESCOLHA DE LOTAÇÃO.

Os candidatos convocados deverão comparecer para audiência pública, nos locais, nos dias e horários mencionados no quadro abaixo, munidos de documento com foto.

No momento da chamada o candidato terá seu nome anunciado, conforme a ordem estabelecida abaixo, por no máximo três vezes, e não se fazendo identificar, será reposicionado para o último lugar na fila de escolha de lotação, havendo nova tentativa, a título de segunda chamada, anunciando-se o seu nome após concluída a primeira chamada, nesta mesma ocasião.

1) CANDIDATOS DA REGIÃO DE CAMPO GRANDE, que apresentaram documentação no dia 14 de dezembro de 2017.

CANDIDATO	POSIÇÃO
ACIR DOS SANTOS DA COSTA	1
TALITA DOURADO AQUINO FARIA	2
VINICIUS CARLOTTO GONÇALVES	3
JAIRINE GROTE QUEIROZ	4
FABIO TOMOYOSE KANASHIRO	5
LUIZA FREIRE AUDI	6

AUDIÊNCIA PÚBLICA

DIA	HORÁRIO	LOCAL
18.01.2018	09h	Auditório do Edifício das Promotorias de Justiça de Campo Grande - 4º andar situado à Rua da Paz nº 134- Centro, Campo Grande – MS.

Campo Grande, 15 de janeiro de 2018.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIIRANDA
Procurador de Justiça
Gestão de Estagiários de Direito

ANEXO I - AVISO Nº 044/2018

CAMPO GRANDE		
CONCURSO DE ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO		
COMARCA	PROCURADORIA/PROMOTORIA DE JUSTIÇA	TITULAR PROCURADOR(A) PROMOTOR(A)
Campo Grande	GAECO - Procuradoria-Geral de Justiça	Tiago Di Giulio Freire
Campo Grande	Núcleo Criminal - Procuradoria-Geral de Justiça	Fábio Iann Goldfinger
Campo Grande	2º Promotoria de Justiça Nos feitos distribuídos à 2ª Vara de Família e Sucessões.	Kristiam Gomes Simões
Campo Grande	45º Promotoria de Justiça Nos feitos distribuídos à 4ª Vara de Fazenda Pública e Registros Públicos, e ainda, nos feitos de averiguação oficiosa de paternidade e registro tardio distribuídos a essas Varas e nos feitos distribuídos às 6ª, 7ª, 8ª, 9ª e 10ª Varas Cíveis Residuais, bem como nos feitos distribuídos ao Juizado Especial de Fazenda Pública e feitos oriundos dos Cartórios Extrajudiciais de Registro Civil, mediante distribuição equitativa entre as Promotorias de Justiça de Fazenda Pública e de Registros Públicos. Nos feitos distribuídos à 6ª Vara de Família e Sucessões.	Erica Rocha Espíndola
Aquidauana	2ª Promotoria de Justiça Atribuições: nos feitos distribuídos à 2ª Vara Cível, nos feitos e procedimentos referentes à proteção dos direitos constitucionais do cidadão e dos direitos humanos, do idoso e das pessoas com deficiência, do patrimônio público e social e das fundações, nos feitos ímpares de execução penal distribuídos à Vara Criminal, bem como proceder as visitas e inspeções nas unidades prisionais e de segurança pública que mantenham presos.	José Maurício de Albuquerque
Aquidauana	3ª Promotoria de Justiça Atribuições: nos feitos distribuídos à Vara Criminal, exceto naqueles relativos à execução penal.	Antenor Ferreira de Rezende Neto
Bandeirantes	- Promotoria de Justiça Atribuições: nos feitos distribuídos aos respectivos Juízes de Direito, bem como nos feitos e procedimentos referentes à proteção do meio ambiente, dos direitos constitucionais do cidadão e dos direitos humanos, do idoso, da pessoa com deficiência, do consumidor, da habitação, urbanismo e patrimônio histórico e cultural, da vítima de infração penal, do patrimônio público e social e das fundações, da infância e da juventude, bem como nos demais interesses difusos e coletivos, e eleitoral.	Victor Leonardo de Miranda Taveira
Ribas Do Rio Pardo	- Promotoria de Justiça Atribuições: nos feitos distribuídos aos respectivos Juízes de Direito, bem como nos feitos e procedimentos referentes à proteção do meio ambiente, dos direitos constitucionais do cidadão e dos direitos humanos, do idoso, da pessoa com deficiência, do consumidor, da habitação, urbanismo e patrimônio histórico e cultural, da vítima de infração penal, do patrimônio público e social e das fundações, da infância e da juventude, bem como nos demais interesses difusos e coletivos, e eleitoral.	George Zarour Cezar
Sidrolândia	1ª Promotoria de Justiça Atribuições: nos feitos distribuídos à 1ª Vara, bem como nos feitos e procedimentos referentes à proteção da vítima de infração penal, do consumidor, do patrimônio público e social e das fundações.	Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira
Sidrolândia	2ª Promotoria de Justiça Atribuições: feitos distribuídos à 2ª Vara, bem como nos feitos e procedimentos referentes à proteção do meio ambiente, da habitação, urbanismo e patrimônio histórico e cultural, dos direitos constitucionais do cidadão e dos direitos humanos, da infância e da juventude, do idoso e da pessoa com deficiência.	Janeli Basso

AVISO Nº 045/2018 - XX PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

O Presidente da Comissão do XX Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso Nº 001/CEAF-2017 de 03 de agosto de 2017, publicado no DOMP nº 1560, de 4 de agosto de 2017, declara a Decadência do direito do ser empossado dos candidatos aprovados no XX Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul abaixo relacionados, nos termos do item 10, IX do Edital nº 001/2017-CEAF, de 16 de março de 2017, publicado no DOMP nº 1467, de 17 de março de 2017.

1.1 - REGIÃO DE CAMPO GRANDE

Bacharéis em Direito Nível Pós-Graduação

CANDIDATO	POSIÇÃO	CONVOCAÇÃO
CASSIO SIMABUCO TIBANA	149	Aviso nº 041/CEAF-2017
JAQUELINE APARECIDA NEPUMUCENO BERNADO	151	Aviso nº 041/CEAF-2017
DAYANE NUNES RAMOS	152	Aviso nº 041/CEAF-2017

Campo Grande, 15 de janeiro de 2018.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA

Procurador de Justiça

Gestão de Estagiários de Direito

AVISO Nº 046/2018 – XX PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

O Presidente da Comissão do XX Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso Nº 001/CEAF-2017 de 03 de agosto de 2017, publicado no DOMP nº 1560, de 4 de agosto de 2017, torna pública a relação dos candidatos que manifestaram opção de DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA da vaga de estagiário, nos termos do item 8, IX do Edital nº 001/2015-CEAF de 16.03.2017, renunciando à sua classificação original e sendo reposicionados em último lugar na fila dos aprovados.

1.1 - REGIÃO DE CAMPO GRANDE

Bacharéis em Direito Nível Pós-Graduação

CANDIDATO	POSIÇÃO	CONVOCAÇÃO
CAROLINE DANCS DE PROENÇA VOLCE	148	Aviso nº 041/CEAF-2017
SYLVANE BARBOSA TUTYA	150	Aviso nº 041/CEAF-2017

Campo Grande, 15 de janeiro de 2018.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA

Procurador de Justiça

Gestão de Estagiários de Direito

EDITAL Nº 013/PJC-2018

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio das PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CORUMBÁ, tendo em vista pedido de final de lista da candidata Danyelle Auxiliadora Aguilar da Silva, 22º Lugar, bem como a impossibilidade do candidato Bruno de Freitas Chagas, 20º Lugar, de assumir o cargo, tendo em vista a vedação prevista no art. 42 da Resolução 75/2010-PGJ, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados para apresentação dos documentos necessários ao credenciamento, constantes na Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010, publicada no DJ. Nº 2.247, de 30.07, referente ao PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA ESTAGIÁRIO, nos termos do Edital nº 001/PJC – 2017, homologado pro meio do AVISO Nº 011/CEAF/2017-2017, de 15 de março de 2017, publicado no DOMP-MS nº 1466, de 16 de março de 2017.

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
23º Lugar	Laura Elias Botelho
24º Lugar	Paolli Cristinni da Silva Ribeiro
25º Lugar	Paulo Otávio Silva do Valle
26º Lugar	Lays Araujo Pereira

Informa-se aos candidatos convocados a relação de documentos a serem entregues na sede das Promotorias de Justiça de Corumbá/MS, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, Rua América, nº 1.880, Dom Bosco, Centro, Corumbá/MS, conforme Art. 31 § 1º da Resolução n. 015/2010-PGJ, de 27.7.2010 e Anexo II do Edital nº 001/PJC – 2017.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1	Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
2	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, que informe o ano letivo e o período do estágio/semestre o número de dependências e disciplinas e data prevista para conclusão do curso;
3	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4	Certidão de inexistência de antecedentes criminais;
5	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42 da Resolução n. 015/2010-PGJ;
6	Declaração pessoal de não acumulação do exercício de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
7	Atestado de exame ABO-RH;
8	Número da agência e da conta corrente no Banco do Brasil;
9	02 fotografias coloridas, 3x4 recentes;
10	Ficha de cadastro (disponível na Promotoria de Justiça) que deverá ser preenchida e assinada pelo candidato.

Corumbá, 12 de janeiro de 2018.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA
Supervisora das Promotorias de Justiça

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL Nº 005/2018/PJ/BATAGUASSU

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da(s) Promotoria(s) de Justiça da comarca de Bataguassu, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010, publicada no Diário da Justiça nº 2247, de 30 de julho de 2010, e das disposições dos arts. 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, modificados pela Lei Complementar nº 133, de 15 de abril de 2009,

CONVOCA o candidato abaixo listado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado de Estagiários de Ensino Médio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, da comarca de Bataguassu, homologado em 06 de fevereiro de 2017, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação oficial deste:

NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
Giovana Satomi Nagaishi	5º

INDEFERE a admissão como estagiário do candidato abaixo relacionado, aprovado no referido Processo Seletivo, por ter concluído o terceiro ano do ensino médio, conforme prevê o art. 2º, II, da Resolução nº 015/2010-PGJ, e o item VIII do Edital nº 001/2016/Promotoria de Justiça de Bataguassu, de 18 de novembro de 2016, publicado no DOMP-MS nº 1401, de 21 de novembro de 2016:

NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
Thiago Vinícius Mendonça Thomazini	4º

Bataguassu – MS, 11 de janeiro de 2018.

EDIVAL GOULART QUIRINO
2ª Promotoria de Justiça

ANEXO ÚNICO
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

1	Fotocópia legível da Cédula de Identidade e do CPF;
2	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino, que informe o ano letivo, turno e semestre de estudo, bem como a data prevista de conclusão do curso;
3	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;

4	Certidão de inexistência de antecedentes criminais;
5	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I, da Resolução nº 015/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);
6	Declaração pessoal do não exercício de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
7	Declaração pessoal indicando a agência do Banco do Brasil e número de conta-corrente, para recebimento da bolsa e auxílio-transporte;
8	Atestado de exame ABO-RH;
9	2 (duas) fotografias coloridas, 3 x 4 (três por quatro), recentes;
10	Ficha de Cadastro, preenchida em todos os campos, de forma manuscrita ou digitada, e assinada pelo candidato.

EDITAL Nº 006/2018/PJ – COMARCA DE BATAYPORÃ

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010, publicada no Diário da Justiça nº 2247, de 30 de julho de 2010, e das disposições dos arts. 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, modificados pela Lei Complementar nº 133, de 15 de abril de 2009, CONVOCA os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado de Estagiários de Ensino Médio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, da comarca de Batayporã, objeto do Edital nº 001/2017/PJ de Batayporã, de 16 de outubro de 2017, publicado no DOMPMS nº 1606, de 17 de outubro de 2017, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação oficial deste, na sede da Promotoria de Justiça de Batayporã.

NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
Camila Vitória Ventura Queiroz	1º
Danieli Stuchi de Lima	2º

Batayporã – MS, 15 de janeiro de 2018.

BIANKA MACHADO ARRUDA MENDES
Promotora de Justiça

ANEXO ÚNICO
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

1	Fotocópia legível da Cédula de Identidade e do CPF;
2	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino, que informe o ano letivo, turno e semestre de estudo, bem como a data prevista de conclusão do curso;
3	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4	Certidão de inexistência de antecedentes criminais;
5	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I, da Resolução nº 015/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);
6	Declaração pessoal do não exercício de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
7	Declaração pessoal indicando a agência do Banco do Brasil e número de conta-corrente, para recebimento da bolsa e auxílio-transporte;
8	Atestado de exame ABO-RH;
9	2 (duas) fotografias coloridas, 3 x 4 (três por quatro), recentes;
10	Ficha de Cadastro, preenchida em todos os campos, de forma manuscrita ou digitada, e assinada pelo candidato.

EDITAL Nº 6/2018/PJAP

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio das Promotorias de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010, publicada no Diário da Justiça nº 2247, de 30 de julho de 2010, e das disposições dos arts. 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, modificados pela Lei Complementar nº 133, de 15 de abril de 2009,

CONVOCA a candidata abaixo listada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado de Estagiários de Ensino Médio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, da comarca de Aparecida do Taboado, homologado em

03.04.2017, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação oficial deste:

NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
Iuly Gonçalves da Silva	4º

INDEFERE a admissão como estagiário da candidata abaixo relacionada, aprovada no referido Processo Seletivo, por ter concluído o terceiro ano do ensino médio, conforme prevê o art. 2º, II da Resolução nº 015/2010-PGJ, e o item I do Edital nº 010/2016/PJAP, de 13/12/2016, publicado no DOMP-MS nº 1422, de 10/01/2017:

NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
Cristiane Pinheiro Silva	3º

Aparecida do Taboado – MS, 15 de janeiro de 2018.

JERUSA ARAUJO JUNQUEIRA QUIRINO
Promotora de Justiça

ANEXO ÚNICO
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

1	Fotocópia legível da Cédula de Identidade e do CPF;
2	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino, que informe o ano letivo, turno e semestre de estudo, bem como a data prevista de conclusão do curso;
3	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4	Certidão de inexistência de antecedentes criminais;
5	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I, da Resolução nº 015/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);
6	Declaração pessoal do não exercício de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
7	Declaração pessoal indicando a agência do Banco do Brasil e número de conta-corrente, para recebimento da bolsa e auxílio-transporte;
8	Atestado de exame ABO-RH;
9	2 (duas) fotografias coloridas, 3 x 4 (três por quatro), recentes;
10	Ficha de Cadastro, preenchida em todos os campos, de forma manuscrita ou digitada, e assinada pelo candidato.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

REPUBLICA-SE, POR INCORREÇÃO, O EXTRATO DO EXTRATO DO CONTRATO Nº 126/PGJ/2017, PUBLICADO NO DOMP Nº 1649, DE 9 DE JANEIRO DE 2018.

Extrato do Contrato nº 126/PGJ/2017.

Processo: PGJ/10/3803/2017.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por representado pela sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- SILVERIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRAS EIRELI-ME., representada por Cristiano Echeverria Silverio.

Procedimento Licitatório: Pregão Presencial nº 55/PGJ/2017.

Amparo Legal: Lei nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993.

Objeto: Prestação de serviços de execução e instalação de lavatórios para sanitários, incluindo o fornecimento de bancadas, louças, metais e demais materiais necessários à execução dos serviços.

Valor total: R\$37.200,00, nos termos da Nota de Empenho nº 2017NE006512 de 19.12.2017.

Vigência: 26.12.2017 a 25.03.2018.

Data de assinatura: 26.12.2017.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL DE ORIENTAÇÃO Nº 001/2018/CAOPJCON**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por meio do Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Consumidor – CAOCon, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pelo Art. 2º, inciso XXV da Resolução nº 017, de 03 de maio de 2012, EXPEDE O PRESENTE EDITAL DE ORIENTAÇÃO AOS ORGÃOS DE EXECUÇÃO (Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor), salvaguardada a autonomia funcional e a livre convicção do órgão ministerial, que intentem medidas assecuratórias, a fim de coibir que as empresas concessionárias de telecomunicações imponham barreiras não justificadas, com o objetivo de impedir a contratação individualizada pelo consumidor de cada serviço integrante da oferta conjunta, nos termos dos Artigos 74 e 75 da Resolução nº 581/2012, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, além de que o CDC (Lei 8078/90 – art. 39, I) veda ao fornecedor de produtos e serviços, condicionar o fornecimento de produto ou de serviço à aquisição de outro, bem como, sem justa causa, impor limites quantitativos (PA nº 002/2017).

Campo Grande/MS, 12 de janeiro de 2018.

AROLDO JOSÉ DE LIMA
Procurador de Justiça, Coordenador CAOCon

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA**INOCÊNCIA****EDITAL N. 01/2018**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Inocência/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório, que está à disposição de quem possa interessar na Av. Albertina Garcia Dias, n.º 377, Jardim Bom Jesus – Edifício do Fórum.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000052-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Inocência

Assunto: Apurar eventual assoreamento de nascente localizada no sítio Nova Inocência, em decorrência de obra da Prefeitura Municipal de Inocência.

Inocência/MS, 11 de janeiro de 2018.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO
Promotor de Justiça em substituição legal.